

HISTÓRIA E TRAUMA EM *O CORPO INTERMINÁVEL*, DE CLÁUDIA LAGE

History and trauma in O corpo interminável, by Claudia Lage

Cejana Machado Ferreira
Universidade Estadual de Goiás

José Humberto Rodrigues dos Anjos
Universidade Federal de Goiás

RESUMO

A partir da leitura do romance *O corpo interminável* (2019), da brasileira Claudia Lage, analisaremos a presença dos traumas relacionados à ditadura militar brasileira que esteve presente na vida de sujeitos que ousaram combatê-la e que também lutaram pela liberdade de expressão. Para que fossem lembradas as vítimas do regime ditatorial brasileiro, o enredo de *O corpo interminável* apresenta personagens cujas histórias se assemelham à dos relatos encontrados em documentos oficiais sobre o regime. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de cunho qualitativo, ancorada nos pressupostos da análise literária. Mobilizando um conjunto de autores, tais como: Napolitano (2004), Seligmann-Silva (2003), Figueiredo (2017) dentre outros, o artigo conclui que o romance de Lage assume um papel fundamental no cenário da literatura brasileira contemporânea, uma vez que a fratura do texto se vale do processo do testemunho e da memória do trauma vivenciado em nosso país. Isso demonstra não só uma tentativa de superação por meio da ficcionalização, mas também de mobilizar os leitores a pensar sobre os horrores desse tempo histórico.

Palavras-chaves: História; Ditadura; Trauma.

ABSTRACT

From reading the novel *O corpo interminável* (2019), by the Brazilian Claudia Lage, we will analyze the presence of traumas related to the Brazilian military dictatorship that was present in the lives of subjects who dared to fight it and who also fought for freedom of expression. To remember the victims of the Brazilian dictatorial regime, the plot of *O corpo interminável* presents characters whose stories resemble those of the reports found in official documents about the regime. This is bibliographical research, of a qualitative nature, anchored in the assumptions of literary analysis. Mobilizing a group of authors, such as: Napolitano (2004), Seligmann-Silva (2003), Figueiredo (2017) among others, the article concludes that Lage's novel plays a fundamental role in the scenario of contemporary Brazilian literature, since the fracture of the text makes use of the process of testimony and memory of the trauma experienced in our country. This demonstrates not only an attempt to overcome it through fictionalization, but also to mobilize readers to think about the horrors of this historical time.

Keywords: History; Dictatorship; Trauma.

INTRODUÇÃO

Depois de encontrar as fotos soltas, o álbum vazio, o menino pensava que o avô mentia sobre a morte da mãe. Ela desapareceu, ele disse uma única vez. Sem aviso nem despedida. Foi isso. Faltou com a verdade. [...] Um dia ele vai saber. Quando crescer, quando for um homem. Não é preciso dizer nada.

Cláudia Lage

[...] A ditadura militar constitui, a seu modo, um trauma na história brasileira.

Julio Bentivoglio

O corpo interminável (2019) é um romance brasileiro contemporâneo escrito por Cláudia Lage, que trata de um viés que teve pouca visibilidade a respeito da ditadura militar: a participação das mulheres nos movimentos de combate ao regime.

O papel social imposto às mulheres, ao longo dos anos em que o país viveu sob forte regime ditatorial entre 1964 e 1985, era o de ser renegada a segundo plano, além de apresentar o comportamento submisso. Nas décadas de 1960 e 1970, a mulher ainda possuía pouco, ou nenhum reconhecimento no campo intelectual, daí que a figura feminina e o papel da mulher apresentados no romance trazem bastante relevância, uma vez que Lage (2019) se vale de personagens femininas que foram à luta para combater o regime ditatorial brasileiro.

As personagens do romance acreditavam ser possível viver em um país democrático, que respeita as posições sociais dos cidadãos e que aceita a igualdade de direitos civis entre homens e mulheres. A despeito de seus maridos ou namorados, ou de qualquer influência masculina, as mulheres escolheram por vontade própria entrar na luta e defender seus direitos. E é nessa temática que o romance focaliza, ao se valer de vozes autodiegéticas¹ que narram seus traumas das torturas, da violência e das humilhações sofridas nas prisões durante o regime militar.

No que tange à configuração da narrativa, ela é composta de partes e de capítulos construídos por meio de narradores diferentes. Quando trata da história de Daniel, o protagonista, apresenta a história de um menino que queria saber sobre sua mãe e sobre a origem dela, muito embora a ele fosse negado esse direito. Em outra parte, a história de Melina, uma mulher que conheceu Daniel na biblioteca da cidade e que também está em busca de memórias da ditadura. Nesse encontro, eles se aproximam e logo se tornam namorados.

Para narrar a história de Melina, Lage (2019) também opta por uma narração autodiegética em que a própria personagem apresenta sua história, infância e evidencia o olhar feminino sobre os acontecimentos que envolvem sua família. Na fase adulta, Melina lida com um pai com

¹Cf. *Discurso da narrativa* (1995), de Gérard Genette. Trata-se da voz narrativa em primeira pessoa.

Alzheimer, e por isso, inicia sua busca por fatos passados, o que a leva a descobrir que o pai teve envolvimento direto na ditadura militar.

Em outras partes da obra, a escritora apresenta vozes autodiegéticas que compartilham suas experiências sobre o exílio, bem como sobre os esconderijos e sobre os isolamentos autoimpostos para que não fossem pegadas e torturadas nas prisões. Soma-se a isso, as narrativas de mulheres nas prisões, ou lembrando de como foram torturadas e violentadas. Essas são as vozes femininas que tratam diretamente das torturas e do sofrimento vivido no período ditatorial.

Vale ressaltarmos que em *O corpo interminável*, as escolhas da autora pelas vozes narrativas autodiegéticas proporciona aos leitores reviverem as cenas duras das prisões com os torturadores. Há também outros espaços que contribuem para a compreensão da desolação que a ditadura causou em quem ousava lutar e combater o sistema. Nesses lugares, embora parecessem limpos e tranquilos, o isolamento forçado causava, nesses sujeitos, danos psicológicos igualmente nocivos.

Os elementos narrativos escolhidos por Lage (2019), com destaque às vozes narrativas, conferem ao romance a atmosfera dos tempos da ditadura ao se apresentarem carregados de sentimentos pesados, de dor e de sofrimento. Por isso, o foco narrativo e os vários espaços em que as histórias se passam nos levam a pensar que algumas das narradoras possam ser a mãe do personagem Daniel, além de retomar o trauma que ela viveu antes de desaparecer.

Nesse sentido, o romance de Lage (2019) está inserido no panorama da literatura brasileira contemporânea de autores que são tidos como “filhos” ou “netos” do regime militar, chamados de segunda geração, uma vez que esses mesmos escritores têm investigado, por meio de fatos históricos, elementos traumáticos em suas obras.

Entre os capítulos da história de Daniel e Melina, a autora ficciona, a partir das narradoras, as torturas e humilhações sofridas durante a ditadura, bem como os traumas que esse período provocou em cada uma. Tanto a busca de Daniel por seu passado, quanto a narração em primeira pessoa das narradoras que representam todas as mulheres que passaram pela dor e sofrimento impostos no período, suscitam a tragédia pela qual a sociedade brasileira passou durante a ditadura militar.

As mulheres são o foco do romance e contar o que elas sofreram a partir de uma narração intensa, em primeira pessoa, que remonta à época do regime, leva-nos ao pensamento de que o trauma causado pelas torturas e violências podem se estender às gerações futuras. Quem não viveu o período ditatorial pode conhecer o trauma que ele causou a partir das vozes autodiegéticas do romance.

Desenvolvido em duas seções, o artigo em tela, parte das premissas da pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo, para analisar como história e trauma se manifestam no romance, evidenciando pontos importantes para compreender a participação das mulheres no enfrentamento de um regime repressor.

OS ANOS DE CHUMBO: DE DOR, TORTURA E VIOLÊNCIAS

Há vários traumas que compõem a sociedade brasileira desde seu início. Isso pode ser compreendido porque o Brasil se forjou vindo de conceitos patriarcais, colonizadores e repressivos, baseados na ideia de violência. No entanto, um trauma em especial, sempre será a mácula da História do Brasil – a ditadura militar. Os efeitos e os traumas que as torturas, os sequestros e as constantes perseguições deixaram na população que vivenciou o período, faz-nos refletir o quanto a literatura tem a contribuir para que esse passado conturbado e violento não caia no esquecimento.

A ditadura militar é compreendida por períodos mais ou menos repressores. Da liberdade vigiada à falta de liberdade total, o Brasil passou pelo golpe de 1964 até o fim do período em 1985, com um período intermediário de 1968 com a implantação do AI-5 (Ato institucional nº 5), que endureceu ainda mais o regime até meados de 1979.

Durante o governo do general Médici houve o endurecimento total dos militares, cerceando direitos, produções artísticas e liberdade de expressão, que foram chamados pelos [historiadores, como Rodrigo Patto Sá Motta \(2021\) e Luiz Octávio de Lima \(2020\) e Marcos Napolitano \(2014\) estudiosos \(citar alguns desses estudiosos\)](#) como os “anos de chumbo”. Os governos de Costa e Silva e de Garrastazu Médici (1968-1974 a 1974-1979) são considerados os mais repressores e linhas duras do regime ditatorial brasileiro. Esses períodos históricos contribuíram para a criação de eventos traumáticos que serviram de pano de fundo para a ficção de Lage (2019).

Segundo Marcos Napolitano,

obviamente, não faltaram momentos de conflito entre o regime e os setores de oposição antes do AI-5, que muitas vezes redundaram em prisões, inquéritos policial-militares e atos censórios a obras artísticas. Mas nada próximo da violência sistemática e do fechamento da esfera pública que ocorreria a partir da edição do AI-5, em dezembro de 1968, inaugurando os “anos de chumbo” que duraram, na melhor das hipóteses, até o começo de 1976. Neste período, a tortura, os desaparecimentos de presos políticos, a censura prévia e o cerceamento do debate político-cultural atingiram seu ponto máximo nos vinte anos que durou a ditadura brasileira ([Napolitano](#) 2014, p. 06).

As torturas, os desaparecimentos dos presos políticos chamados de anarquistas e subversivos, as proibições e todo o endurecimento do regime causaram e causam, ainda hoje, sentimentos de repúdio e de indignação pela dureza e pelo absurdo da extrema violência. No entanto, ainda é possível encontrar pessoas que defendem esse período, e tentam atenuar suas violações. Isso significa que a memória coletiva dos crimes cometidos contra a população brasileira caiu no esquecimento, e portanto, a narrativa da ditadura brasileira se torna necessária e urgente.

É preciso lembrar de parte da história para entender o contexto e a gravidade das ações de extrema violência suplantadas nos anos de maior endurecimento da ditadura. Entre 1967 e 1968, o General Costa e Silva passou por um período de aumento da resistência ao seu governo ditatorial, enfrentando inclusive mobilização da própria direita a seu desfavor. Os atos institucionais extintos davam mais garantias de direitos políticos, inclusive contribuindo para que a elite, parte do povo que era favorável ao regime e alguns grupos pró-ditadura também se virassem contra o governo.

Segundo Lima (2020), alguns exilados voltaram ao país ao acreditarem que a ditadura, enfim, pudesse ser derrotada. A imprensa, que até então não tinha sofrido grande repressão, estava também desenvolvendo um papel forte contra Costa e Silva. Os trabalhadores das fábricas e os estudantes universitários, instigados por professores e intelectuais, levantavam grandes movimentos de protestos e combate contra a ditadura militar e ao governo. Grupos de guerrilha e partidos antiditadura como a Ação Libertadora Nacional (ANL) e a VAR, se movimentavam para combater duramente, com sequestros e ações armadas.

Nesse cenário, Costa e Silva e seus aliados decidiram baixar o AI-5, ato institucional que garantia ao governo plenos poderes, como a cassação de mandatos de políticos de oposição, o fim da carreira de servidores públicos contrários ao sistema e todos os poderes de combate, repressão, prisões, torturas e violência contra qualquer pessoa ou grupo que se opusesse ao governo.

Em Motta (2021) e Lima (2020) vemos que com o AI-5, o Brasil vivenciou um marco na ditadura por meio da radicalização autoritária que conferia ao Executivo poderes quase ilimitados de ação de extrema repressão à oposição. Após sofrer grave doença, Costa e Silva foi afastado e o alto comando militar e alguns poucos parlamentares elegeram o General Emílio Médici, em 1969. No início dos anos 1970, sob o governo de Médici, veio a fase mais violenta da ditadura, que gerou insegurança e medo estre amplos setores sociais.

Exatamente nesse período conturbado da historiografia recente é que a mãe do personagem principal de *O corpo interminável* (2019) desaparece. Após dar à luz a Daniel, ao que tudo indica na prisão, o menino foi entregue ao avô. Segundo as buscas e pesquisas de Daniel já adulto, podemos deduzir que a mãe do personagem foi uma estudante universitária que aderiu aos grupos e movimentos de combate ao regime. Ela se tornou uma guerrilheira, depois refugiada e lutou na linha de frente contra o regime até ser presa e, então, “desaparecer”.

As narradoras que aparecem nos capítulos intermediários à história de Daniel também relatam torturas e violências extremas que sofreram nas prisões, compondo o cenário de horror vivenciado nos chamados “anos de chumbo” da ditadura militar brasileira. Segundo uma das narradoras:

Os três homens ocuparam toda a sala, os corpos se expandiram pelo espaço, altos e largos. Eram só três, mas ela pensou que eram mais, três homens enormes de repente em sua sala. [...] Um deles, o mais largo, o mais

experiente, diz aos outros que o plano continua o mesmo. Ela então o reconhece dos jornais, é o líder, é o responsável. Ela o olha sem medo, quer que ele veja nos seus olhos que há um limite, há um bebê em seus braços, há vinte dias estava em sua barriga, ela não vai. [...] O senhor pode falar o que quiser, eu não vou. [...] O homem respirou fundo, bastava uma ordem sua, ele se virou para os outros, não vamos matar, quero ouvir o que ela sabe. Se virou para ela, não vou partir para a violência, pense bem, pense bem, não vou te matar, vou te ouvir, você vai falar, querendo ou não, o seu filho é o de menos ([LageLAGE](#), 2019, p. 83-84).

Acontecimentos narrados de forma fictícia revelam, ainda, a escolha por narrar representações do real, ou seja, a narrativa segue a perspectiva do realismo refratário² quando se percebe que as personagens representam fatos que aconteceram devido a relatos e documentos encontrados sobre a ditadura militar. Trata-se de personagens que deixaram seus filhos ainda bebês e foram levadas para a tortura com objetivo de que delatassem o grupo de combatentes do regime ao qual pertenciam. Soma-se a isso, as personagens que nem sabiam que estavam grávidas ao serem presas e tiveram seus filhos na prisão da forma mais dolorosa possível, o que aliou o parto à tortura.

As personagens, revelam terem sido estupradas nas prisões, e ao engravidarem tinham seus filhos tirados de seus braços e entregues ao juizado da infância da época. Essa verossimilhança causa um choque a partir da descrição de cenas fortes envolvendo mulheres em um de seus papéis sociais mais comoventes: a maternidade.

No início do regime militar, a “ditabranda” como foi chamada, havia uma certa liberdade de imprensa e movimentos estudantis, festivais de músicas e protestos efervescentes demonstravam a insatisfação popular, mas era o início e o governo procurava estabelecer uma ditadura militar que fosse velada e que aos poucos se mostraria parcial e impenetrável.

O governo do General Castelo Branco foi que institucionalizou a ditadura militar e para isso utilizava iniciativas “legais” para elaborar uma nova constituição, substituindo a de 1964, várias vezes desrespeitada desde o golpe de 1964. Essa nova constituição confirmava que o sistema político seria autoritário, indicando eleições indiretas para presidente da república e sinalizando parlamentares favoráveis às forças armadas e aos militares no poder. A partir daí vieram os atos institucionais que a cada novo ato prevalecia o autoritarismo ainda mais latente. Isso se deu até chegarem a eleger, em 1967, o general Costa e

²Segundo Tania Pellegrini (2018), a perspectiva do realismo refratado, na contemporaneidade, aparece em narrativas brasileiras contemporâneas através de formas particulares que evidenciam a relação entre os indivíduos e a sociedade. Valendo-se da refração realista, “[...] é possível ultrapassar a noção de um simples processo de registro, dependendo, para sua plena elaboração, da descoberta de novas formas de percepção e, em consequência, de representação artística” (2018, p. 17).

Silva e iniciarem, a partir dele, o terror ao inaugurarem os “anos de chumbo” da ditadura militar.

A demanda por mais liberdade era vista nas escolas, a partir de uma educação e ensino voltado para a garantia de reforçar a legislação vigente, ao ensinar apenas o que a nova constituição permitia. Havia ampla censura, também instaurada nos meios de comunicação que, inicialmente, se viram obrigados a uma autocensura, e posteriormente, com a repressão das forças armadas.

Nesse ínterim, vale destacar que as universidades eram o alvo principal dos generais e houve inúmeras prisões de professores e de intelectuais, além do fechamento de cursos universitários tidos pelos militares como subversivos. Essa força-tarefa de repressão nos grandes centros urbanos, tais como Rio de Janeiro e São Paulo, se mostrou agressiva e violenta em demasia, uma vez que se estendeu a combates em manifestações de rua feitas por estudantes e operários insatisfeitos. Sob essa ótica, Motta (2021, p. 113) pontua que no

[...] calendário desses protestos de rua destacam-se os meses de abril e junho, em que ocorreram episódios extremamente violentos, resultando em muitas mortes. A radicalização das lideranças estudantis gerou a ocupação de prédios universitários por todo o país, em protesto contra as políticas da ditadura, levando ao enfrentamento com a polícia e com grupos de direita, a exemplo da chamada Batalha da Maria Antônia, em São Paulo, em outubro de 1968.

A narrativa de Lage (2019) retoma a violência do período por meio de relatos de personagens perseguidas e torturadas pelos militares. As mulheres, em especial, eram ainda mais submetidas à força e à violência, sendo presas, maltratadas, humilhadas, torturadas, mortas e despejadas como indigentes. Esse cenário é apresentado e elaborado por meio da memória e do testemunho da história brasileira.

Os ecos e traumas causados pela ditadura militar brasileira ainda são descritos muito mais pelo testemunho de quem sobreviveu e pelas artes em geral do que por parte da classe política do país. É o que vemos nos relatos autobiográficos e nos depoimentos como os relatórios da Comissão Nacional da Verdade de 2014. Assim como em outras ditaduras e catástrofes mundiais, o Brasil também preferiu o esquecimento à memória de sua história de violência e barbárie. Especificamente sobre essas relações, Seligmann-Silva (2003) reflete sobre o esquecimento e a memória de um acontecimento de grande impacto negativo na sociedade, como as catástrofes e ditaduras do século XX. Para o autor não é raro que as memórias coletivas sejam descartadas ou varridas para debaixo do tapete, enquanto as memórias individuais ainda fazem do indivíduo que experienciou a tortura e a violência alguém cuja memória pareça inacreditável.

Desacreditar o sujeito que sofreu horrores faz parte de uma estratégia que visa desacreditar fatos e seus culpados, a fim de não haver punição ou julgamento. Por assim dizer,

Se cada vez mais a realidade é vista como traumática e a psicanálise determina o nosso modo de ver o “armazenamento” do passado – como uma *inscrição* que sempre é lida *après-coup* –, nem por isso devemos acreditar na possibilidade de se entrecruzar sem precauções o trauma estrutural ontogenético com o trauma histórico, filogenético. Mas talvez seja ousado demais afirmar que a denegação, e com mais razão a recusa enquanto mecanismo patológico, tem a sua contraparte no negacionismo dos assassinatos da Shoah. Eles querem seja minimizar o papel das atrocidades – substituindo e deslocando o seu local – seja negar a sua existência (Seligmann-Silva, 2003, p. 77-78).

Aqui, deve-se relembra o trauma sofrido pelos brasileiros, que nunca será esvaziado diante da punição e julgamento dos culpados, mas perdurará como memória da história do Brasil e da história individual de cada um que sofreu durante a ditadura militar, seja sobrevivente a ela ou familiar que nunca encontrou consolo na morte do ente querido ou em seu desaparecimento.

Após o fim da ditadura, a anistia aos presos políticos, as campanhas para eleições diretas para presidente da república e a reabertura do congresso nacional e do Supremo Tribunal Federal, o Brasil passou a viver novas fases e silenciando os traumas pelos quais passou. Assim, o governo, o Estado maior e a grande mídia juntos promoveram o apagamento histórico dos crimes graves e violentos sofrido durante a ditadura. Houve momentos pós-ditadura em que se queimaram arquivos e documentos comprobatórios dos interrogatórios, das torturas e toda violência praticada.

Negando esse *modus operandi*, as artes de modo geral, mas a literatura de modo particular, divulgaram e mantiveram viva a memória e os testemunhos do que foi a ditadura militar brasileira. A anistia, também dirimiu de culpa os perpetradores da violência, já que nunca condenou os culpados e nunca os levou à justiça. Eurídice Figueiredo, em seu livro *A literatura como arquivo da ditadura brasileira* (2017) se detém a essa falta de memória do/no Brasil ao que afirmar que:

No Brasil não se cultiva a memória política porque a anistia significou amnésia, o país se recusa a enfrentar seu passado, a rever os crimes cometidos, a expor as atrocidades perpetradas por um regime de exceção. [...] enquanto vigorar essa lei iníqua que perdoou os torturadores e os assassinos, o Brasil não ousará olhar para seu passado, continuará sendo um país desmemoriado, ou, como diz B. Kucinski, um país que sofre de Alzheimer (Figueiredo, 2017, p. 26).

Em seu estudo, Figueiredo cita, dentre vários outros romancistas, Bernardo Kucinski que, por sua vez, escreveu sobre o desaparecimento de sua irmã Ana Kucinski durante a ditadura no *K. relato de uma busca*, publicado pela primeira vez em 2011. De forma análoga, a narrativa de Lage (2019) também traz narradoras que relatam no romance eventos traumáticos que aconteceram em algum lugar e em algum momento durante a ditadura.

REVIVER O TRAUMA: A NARRATIVA COMO PONTO DE PARTIDA

A exemplo das narrativas de outras ditaduras e até mesmo da *Shoah* – o holocausto –, narrar um trauma a partir da própria experiência é algo impensado, uma vez que a experiência do indivíduo traumatizado pode não ser apreendida pela narrativa. A narração de um acontecimento traumático requer crítica à violência, crítica social e crítica cultural. Por esse motivo, a literatura tem contribuído significativamente com as memórias da ditadura militar brasileira.

Figueiredo (2017, p. 43) afirma que mesmo que historiadores e jornalistas tenham feito um excelente trabalho de pesquisas e revelado fatos terríveis sobre o regime, “só a literatura é capaz de recriar o ambiente de terror vivido por personagens afetados diretamente pela arbitrariedade, pela tortura, pela humilhação”. Dessa forma, a literatura, ao ficcionalizar tais práticas, joga luz em cenas das torturas nas prisões que foram escondidas da história e dos pesquisadores.

No que se refere estritamente ao trauma a partir da visão psicanalítica, Freud (1974) o entende como as manifestações da mente que estão ligadas a eventos de sofrimento e dor. Segundo sua perspectiva, para se reconhecer como trauma, um evento específico, devem estar presentes condições objetivas, assim como se deve levar em consideração a suscetibilidade particular de determinada pessoa a esse evento. Assim, as memórias do trauma ficam carregadas de afeto represado que podem levar o indivíduo a narrar de forma subjetiva o trauma experimentado, seja vivido pelo próprio indivíduo ou por alguém emocionalmente ligado a ele.

Com nuances diferentes do que sofreu o trauma para o que ouve dele se falar, narrar experiências traumáticas requer cuidado e distanciamento para que a narrativa não soe falsa ao trauma sofrido e a quem lê sobre o ocorrido. *O corpo interminável* (2019), por sua vez, pode ter, nesse sentido, o caráter de personalidade e a subjetividade narrativa necessárias para levar o leitor à comoção em relação ao tema.

A exemplo dos relatos e narrativas ficcionais referentes a outros traumas, narrar o que aconteceu com as pessoas que enfrentaram o regime militar em busca de liberdade e democracia aproxima a história e os fatos das gerações que vieram depois e não tiveram que passar por todo o sofrimento daqueles dias. Quem testemunhou o Holocausto, por exemplo, teve depois uma forma de esvaziar-se da dor, ao relatar, por meio de palavras tudo o que aconteceu, não para evidenciar a verdade em si, mas para apresentar à posteridade o que a humanidade enfrentou e como foi sobreviver à barbárie.

Assim, também com a ditadura militar brasileira, os que a ela sobreviveram narraram e não deixaram cair no esquecimento tamanha barbárie social. Seligmann-Silva (2003, p. 46), a esse respeito reafirma que

[...] essa passagem descreve o campo de forças sobre o qual a literatura de testemunho se articula: de um lado a

necessidade premente de narrar a experiência vivida, do outro, a percepção tanto da insuficiência da linguagem diante de fatos (inenarráveis) como também – e com um sentido muito mais trágico – a percepção do caráter inimaginável dos mesmos e da sua consequente inverossimilhança.

Os chamados eventos traumáticos envolvem tudo o que infligiu dores físicas e danos emocionais aos que deles participaram. Podemos tomar como exemplos as duas grandes guerras do século XX, os vários conflitos armados e sangrentos dos quais o Brasil foi palco durante as mudanças de regime monárquico para período democrático republicano e a ditadura militar que perdurou por 21 anos.

O trauma que a ditadura militar evidencia muito se dá pelo fato de que essa chaga acabou sendo individualizada, como se somente as vítimas do regime, fosse o traumatizado. Não se percebe, todavia, uma memória coletiva a ser discutida para se obter justiça ao que houve. As políticas de apagamento de memória, por parte do Estado e da grande imprensa em especial, fizeram com que o violento período ditatorial brasileiro permanecesse em silêncio, uma vez que não houve investigação ou punição dos culpados agressores do regime.

O historiador Julio Benvoglio (2020, p. 165), ao se deter a essa questão, afirma que

o abafamento dos crimes não causou comoção coletiva, não despertou sentimentos de revolta coletivos ou acusação mais contundentes e sistemáticos, fazendo com que o trauma da ditadura não tivesse alcançado a dimensão que deveria ter junto à sociedade brasileira. Pelo menos esse é o diagnóstico que se tem, afinal, desencadearam-se inúmeros dispositivos para *abafar* e minimizar os protestos e as manifestações populares contra a ditadura, durante e depois do regime. Defendo, portanto, a ideia de que isso ocorreu exatamente por conta de políticas e práticas deliberadas de esquecimento, muito comuns em relação à história política brasileira, que procuraram escamotear o teor autoritário e violento daquele regime ou ainda a magnitude negativa de suas implicações econômicas, sociais e políticas (Benvoglio, 2020, p. 165).

Ainda segundo Benvoglio (2020, p. 165), o apagamento das memórias da ditadura militar é tido como um “movimento de memórias impedidas (traumáticas), memórias manipuladas (adulteradas) e esquecimento obrigatório (anistia)”. Desse pensamento vem, como consequência, a necessidade de ficcionalizar os acontecimentos traumáticos vivenciados pelas personagens.

Cláudia Lage, por seu turno, narra a história de um filho, que nunca conheceu sua mãe e foi criado por um avô rancoroso e amargo que não falava nem aceitava que se falasse sobre essa mãe. O trauma, então, alcança outro estágio, o de quem não viveu diretamente o período de ditadura militar, mas teve a vida afetada diretamente por ela.

A outra personagem, Melina, namorada de Daniel, viveu o trauma da separação dos pais, cujas vidas foram afetadas também pela ditadura,

uma vez que o pai, um fotógrafo e ex-militar, fez parte de forma indireta, fotografando as mulheres torturadas ou mortas para os registros militares.

De outra perspectiva, há capítulos intermediários que narram em primeira pessoa as torturas vividas por mulheres, que conferem ao romance a característica testemunhal, o ponto de vista e os sentimentos das vítimas de tortura. As narradoras são presas políticas que contam, dos porões da ditadura, como foram torturadas com violência, humilhações e morte.

Narrar um trauma, segundo Seligman-Silva (2003), tem em primeiro lugar este sentido primário de desejo de renascer. A partir das perspectivas de quem viveu intensamente o evento traumático, exige-se distanciamento para não carregar de mágoas e revoltas a história que se quer preservar. O autor ainda destaca que narradores de trauma e de testemunhos voltam do evento, seja da guerra, seja do campo de concentração ou ainda dos porões das prisões do regime militar, carregados do “outro”, de histórias para contar ao outro, de forma que os outros sejam o motivo do religamento de quem vivenciou o trauma com o mundo novamente.

Esse é o mesmo olhar da história contado por Primo Levi (2020), em seu bem conhecido “*É isto um homem?*”, em cujo prefácio lemos: “A necessidade de contar ‘aos outros’, de tornar ‘os outros’ participantes, alcançou entre nós, antes e depois da libertação, caráter de impulso imediato e violento, até o ponto de competir com outras necessidades elementares.” (Levi, 2020. p. 7). Por isso, narrar o trauma se tornou urgente e necessário para que o mundo, seja informado e se torne participante do acontecimento, se não diretamente, divulgador após se familiarizar com a narrativa.

Desse modo o narrar também é uma forma de ligar aquele que volta para casa traumatizado, ferido, profundamente modificado pelo sofrimento ao mundo exterior em sua volta. Em *O corpo interminável*, nos deparamos com vestígios da história, mesmo que utilizando-se da ficção para dar luz a personagens que tanto nos comovem, provocando-nos um novo olhar sobre a ditadura militar.

Como já mencionado, entre os anos de 1974 a 1979 é que as narradoras femininas contam suas histórias, em detalhes íntimos e subjetivos e utilizando o fluxo de consciência que intensifica a narrativa e reforça o efeito emotivo, como no trecho de Lage (2019, p.91-92)

O crescimento da barriga marcava o tempo. Eles não a pouparam por isso, perde-se como se ganha filhos. Os tapas, os choques, os ratos, as baratas. Há muitos tipos de tortura, vagabunda. Eles não a pouparam, ganha-se como se perde, mas ela não perdeu. A pulsação continuava. A barriga crescia. As manchas roxas pintavam a pele até que começaram a evanescer. Se apertava, ainda doía. De repente, parou de apanhar, mas eles não a pouparam. O seu filho vai nascer doente, vai nascer morto, não vai nascer. Se a sua história não for confirmada, diziam. Se você estiver mentindo, sua puta. Se a gente não pegar ninguém,

ordinária. Ela mentia, ela jurava. Não dizia a verdade. A verdade significava muitas mortes. Ela mentia e jurava.

Lage (2019), então, traz uma personagem conflituosa, Daniel, em busca de sua própria identidade por desconhecer suas origens e que se depara com relatos e testemunhos da ditadura militar no Brasil vividos por mulheres. Ele percebe, durante a busca por conhecer mais sobre sua mãe desaparecida na ditadura, como as torturas e os métodos utilizados contra as pessoas traumatizou várias famílias e fez inúmeras vítimas direta e indiretamente.

Ele se depara com histórias que poderiam ser de sua mãe, guerrilheira, forte, lutadora, outras mulheres que vivenciaram o mesmo horror, o que faz com que a personagem fosse moldando sua narrativa nessa reconstrução do passado, sobretudo por ser filho de uma vítima do regime. Durante as pesquisas e leituras, Daniel começa a entender e conhecer as torturas sofridas por várias mulheres, o que possibilita a narrativa incorporar elementos realistas na perspectiva de narrar fatos verídicos da história acontecidos a personagens fictícias. Como em Lage (2019, p.41-42)

Mostrei à Melina o que escrevi, quando não apagava ou jogava no lixo. Ela me pediu que continuasse, mas para que estender isso, a agonia desse menino que nunca vou recuperar, e para quê, não é a mim que buscava quando escrevia, quando acreditava que era possível com a escrita capturar pessoas e acontecimentos, eu a via assim, como um organismo, algo concreto, como uma fotografia, a escrita como a alma revelada de uma foto, uma possibilidade de olhar por dentro e entender um instante, o instante.

Nesse cenário da ficcionalização é importante ressaltar a ausência dos nomes. Nenhuma narradora tem nome, pois representam todas as mulheres que viveram e morreram durante a ditadura militar. Tal recurso nos permite imaginar a professora, a tia, a vizinha que sumiu e nunca mais voltou. O impacto de não nomear a narradora causa a reflexão almejada pela narrativa. Elementos narrativos e uso de discurso indireto livre são a forma da autora nos apresentar, ao mesmo tempo, várias histórias paralelas de mulheres, em uma época que havia muita crítica e repressão feminina.

O corpo interminável apresenta e representa força e garra femininas, portanto, entender o romance como uma mostra não de fragilidade, mas de fortaleza de caráter da mulher é um ponto crucial na temática da ditadura e na discussão da construção política do Brasil democrático que vemos hoje.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutimos nesse artigo sobre literatura, mas também sobre Direitos Humanos e a privação deles. Entender a literatura como uma estética capaz de representar um trauma pode expor, discutir e evidenciar fatos históricos sem blindar os acontecimentos ou reduzir os impactos causados por eles.

A partir do golpe de 1964, surge uma necessidade de unir a literatura – as artes como um todo – a situação social do país, cumprindo o papel de engajamento e de senso crítico brasileiro nas produções que surgiriam a partir daí. O realismo volta a aparecer nas produções literárias, especialmente nos romances que vieram a partir da década de 1970 a figurar no cenário nacional, não apenas como um realismo estético, mas como representação do real, respondendo a situação política e social do regime ditatorial.

O romance de Cláudia Lage não é um registro de época nem documento histórico. É um romance contemporâneo, portanto uma ficção, mas não deixa de ter uma importância para as reflexões acerca do período. Esse texto fictício não tem compromisso com a verdade dos fatos históricos, mas nos leva a refletir os infortúnios de mulheres que não tiveram direitos civis iguais aos dos homens, não tiveram espaço no mercado de trabalho igual ao dos homens e até hoje lutam para assegurar esses direitos. Logo, no romance, são elas que personificam a luta e sofrimento causados pelo regime militar.

O apelo das narrativas, como expositoras de temáticas fortes e difíceis de serem contadas, faz com que os relatos de quem viveu a experiência se torne público, vire memórias resgatadas para a posteridade. Lage (2019), assim como outros escritores que não viveram no período da ditadura, mas dele se apropriaram esteticamente, nos ensina que não se deve deixar de narrar aquilo que faz parte da história de um país. Relatar um período violento é reativar também a memória de que nada foi feito para culpabilizar, ou punir os responsáveis pela violência do período.

O corpo interminável, nesse sentido, é um exemplo do quanto ainda há para ser dito, investigado e lembrado sobre a ditadura. Paralelo a isso nos relembra o quanto as mulheres contribuíram direta e indiretamente na luta, pagando preços altíssimos por seu envolvimento.

REFERÊNCIAS

BENTIVOGLIO, Júlio. **Políticas e práticas de esquecimento em um país sem memória: enredamento da ditadura militar no Brasil**. In: FREDRIGO, Fabiana; GOMES, Ivan (org.). *História & Trauma: Linguagens e usos do passado*. Vitória: Editora Milfontes, 2020, p. 161-180.

FREDRIGO, Fabiana; GOMES, Ivan (org.). *História & Trauma: Linguagens e usos do passado*. Vitória: Editora Milfontes, 2020.

FREUD, Sigmund. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud [ESB]*. Rio de Janeiro: Imago, 1974, 24 v.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006.

GENETTE, Gérard. **Discurso da narrativa**. Lisboa: Vega, 1995.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

LAGE, Cláudia. **O corpo interminável**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.

LEVI, Primo. **É isto um homem?** Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 2020.

LIMA, Luiz. **Anos de chumbo: a militância, a repressão e a cultura de um tempo que definiu o destino do Brasil**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2020.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

PELLEGRINI, Tânia. **Realismo e realidade na literatura: um modo de ver o Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

SCHOLHAMMER, Karl Erik. **Ficção brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SELIGMAN-SILVA, Márcio. **História Memória Literatura: o testemunho na era das catástrofes**. São Paulo: Editora Unicamp, 2017.

Contato da autora e do autor:

autora: Cejana Machado Ferreira
e-mail: cejanaf@gmail.com

autor: José Humberto Rodrigues dos Anjos
e-mail: josehumberto2@ufg.br

Manuscrito aprovado para publicação em: 01/07/2025